



DECISÃO ADMINISTRATIVA

Ação de Fiscalização das Agências Bancárias 2018

Lei Municipal nº 3.219/2017 - Armário Guarda Volumes

Auto de Infração nº: **008/18** e **069/18**

Fornecedor: Caixa Econômica Federal (2057) CNPJ 00.360.305/5251-77

EMENTA: Auto de infração. Ação de Fiscalização das Agências Bancárias 2018. Infraestrutura e segurança. Lei Municipal nº 3.219/17. Exigência de instalação de armários de guarda-volumes. Ausência de infração. Auto julgado insubsistente. Recurso de ofício.

Vistos etc.,

Trata-se de processo administrativo iniciado através de lavratura de auto de infração, nos termos do art. 33, II, do Decreto Federal 2.181/97, proveniente da ação de fiscalização das agências bancárias, em face do fornecedor **Caixa Econômica Federal** (2057) CNPJ 00.360.305/5251-77, com endereço na Av. Capitão Gomes, 231, Boa Vista, CEP 37.500-028, após fiscalização dos agentes do Procon.

Nesta ação, foi fiscalizado o cumprimento da **Lei Municipal nº 3.219/2017** – *Que obriga a instalação de armário guarda-volumes nas agências bancárias.*

Todas as 13 agências bancárias do município foram visitadas em duas oportunidades distintas, sendo a 1ª visita no mês de março de 2018 e a 2ª no mês de agosto de 2008, sendo todas verificadas e formalmente orientadas para cumprirem as disposições da Lei Municipal nº 3.219/2017.

Desse total, verificou-se na 1ª visita que 8 agências atendiam as exigências da Lei Municipal.



Outras 5 agências que não possuíam o armário guarda-volumes, foram notificadas, para regularizarem a situação no prazo de 6 meses, conforme previsto no art. 4º da Lei Municipal nº 3.219/2017.

No caso, conforme se depreende da leitura dos Autos de Infração nº 008/2018 e 069/18 (fls.02 e 06), nesta agência não foi verificada nenhuma infração no momento das visitas.

É o relatório. Inexistindo vícios ou nulidades e, tendo os Autos de Infração atendido aos requisitos legais, **passo a decidir**.

Em face do exposto, considerando a não ocorrência de qualquer irregularidade, **julgo insubsistente** a infração, na forma do art. 46 do Decreto nº 2.181/97.

Tendo sido julgado insubsistente, recorro de ofício ao órgão recursal, na forma do art. 52 do Decreto Federal nº 2.181/97. Intime-se. Publique-se.

Encaminhe os autos para análise do recurso necessário.

Itajubá-MG, 21 de setembro de 2018.

Vinícius Fonseca Marques

Coordenador do Procon

Documento assinado digitalmente através de certificado digital emitido por autoridade certificadora acreditada pela ICP-Brasil.

Publicação: DOE 22/11/2018.

Comprovante: <http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/imprimircomprovante.php?id=14307>

Decisão: http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/CEF_2057_AI_008-18.pdf